



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

**Regulamento da Ocupação do Espaço Público e de Publicidade
do Concelho de Arruda dos Vinhos**

Preâmbulo

No que respeita ao regime de ocupação do espaço público, por força do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro relativa aos serviços no mercado interno e por força do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril relativo ao licenciamento zero, impõe-se a necessidade de se proceder à sua regulamentação municipal, na ótica da simplificação.

Relativamente ao regime de ocupação do espaço público, o presente regulamento, para além da figura tradicional de licenciamento aplicável aos atos não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, contempla as figuras da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo, introduzidas pelo mencionado diploma.

No que respeita ao regime da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial e à sua simplificação decorrente da publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, impõe a necessidade de se proceder à adaptação do regulamento da publicidade em vigor.

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril tem como objetivo principal, a redução dos encargos administrativos que recaem sobre os cidadãos e empresas, no que concerne à ocupação do espaço público, por via da simplificação e desmaterialização dos atos administrativos subjacentes às atividades expressamente contempladas no mesmo e, no que concerne à inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, por via da simplificação e eliminação do seu licenciamento, em determinados casos relacionados com a atividade do estabelecimento comercial, sem prejuízo das regras sobre a ocupação do domínio público, substituindo-os por ações sistemáticas de fiscalização *a posteriori* e mecanismos de responsabilidade efetiva dos promotores.

Nos termos, e no uso das competências e atribuições previstas pelo disposto no artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e conferida pela alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, fazendo também apelo, em matéria de competência regulamentar dos órgãos autárquicos, ao disposto no n.º 2 do artigo 53.º e do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos elaborou e aprovou o presente projeto de Regulamento da Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Concelho de Arruda dos Vinhos, em reunião de 5 de março de 2012, que vai este, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo ser submetido a apreciação pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis contados a partir da data da publicação, sendo que o projeto se encontra também para consulta no expediente geral da câmara municipal nas horas de expediente e no site do município (www.cm-arruda.pt).

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

1. Relativamente ao regime de ocupação do espaço público, o presente regulamento é elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

2. Relativamente ao regime da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, o presente regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril.

Artigo 2.º

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente regulamento disciplina as condições de ocupação e utilização privativa do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, designadamente por motivo de instalação de mobiliário urbano e publicidade.
2. O presente regulamento aplica-se a todos os meios ou suportes de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias em locais públicos ou destes perceptíveis, na área do Município de Arruda dos Vinhos.
3. O presente regulamento dispõe também sobre os critérios que devem ser observados na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial.
4. Não integra o âmbito deste regulamento a afixação, inscrição ou difusão de:
 - a) Propaganda política;
 - b) Mensagens e dizeres divulgados através de éditos, avisos, notificações e demais formas de sensibilização que se relacionem, direta ou indiretamente, com o cumprimento de prescrições legais ou com a utilização de serviços públicos;
 - c) Difusão de comunicados, notas oficiosas e demais esclarecimentos que se prendam com a atividade de órgãos de soberania e da administração pública;

Artigo 3.º

Definições

1. Para efeitos de ocupação do espaço público, entende-se por:
 - a) «Esplanada aberta», a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos;
 - b) «Esplanada fechada», esplanada integralmente protegida dos agentes climáticos, mesmo que qualquer dos elementos da estrutura/cobertura seja rebatível, extensível ao amovível;
 - c) «Expositor», a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior do estabelecimento comercial, instalada no espaço público;
 - d) «Floreira», o vaso ou recetáculo para plantas destinadas ao embelezamento, marcação ou proteção do espaço público;
 - e) «Guarda-vento», a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;
 - f) «Mobiliário urbano», as coisas instaladas, projetadas ou apoiadas no espaço público, destinadas a uso público, que prestam um serviço coletivo ou que complementam uma atividade, ainda que de modo sazonal ou precário;



- 3



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

- h)** «Painel», suporte constituído por moldura e respetiva estrutura fixado diretamente no solo;
- i)** «Placa», o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não exceda 1,50 m;
- j)** «Publicidade sonora», a atividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação da mensagem publicitária;
- k)** «Suporte publicitário», o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;
- l)** «Tabuleta», o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;
- m)** «Unidades móveis publicitárias», os veículos utilizados como suportes de mensagens publicitárias.

Artigo 4.º

Critérios e princípios gerais de ocupação do espaço público

Para a salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, a ocupação do espaço público está sujeita às seguintes regras:

- a)** Não prejudicar a saúde e o bem-estar de pessoas, designadamente por ultrapassar níveis de ruído acima dos admissíveis por lei;
- b)** Não prejudicar o acesso a edifícios, jardins e praças;
- c)** Não prejudicar o acesso ou a visibilidade de imóveis classificados ou em vias de classificação ou onde funcionem hospitais, estabelecimentos de saúde, de ensino ou outros serviços públicos, locais de culto, cemitérios, elementos de estatuária e arte pública, fontes, fontanários e chafarizes;
- d)** Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros suscetíveis de ser classificados pelas entidades públicas;
- e)** Não prejudicar a qualidade das áreas verdes, designadamente por contribuir para a sua degradação ou por dificultar a sua conservação;
- f)** Não prejudicar a circulação rodoviária e pedonal, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida;
- g)** Não prejudicar a eficácia da sinalização de trânsito;
- h)** Não prejudicar a eficácia da iluminação pública;
- i)** Não prejudicar a utilização de outro mobiliário urbano;
- j)** Não prejudicar a ação dos concessionários que operam à superfície ou no solo;
- k)** Não provocar obstrução de perspetivas panorâmicas ou afetar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
- l)** Não prejudicar os direitos de terceiros.
- m)** Não afetar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária;



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

- n) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego;

Artigo 5.º

Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade

1. Salvo se a mensagem publicitária se circunscrever à identificação da atividade exercida no imóvel ou daquele que a exerce, não é permitida afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em edifícios ou monumentos de interesse histórico, cultural, arquitetónico ou paisagístico, designadamente:
 - a) Os imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os de interesse público, nacional ou municipal;
 - b) Os imóveis contemplados com prémios de arquitetura.
2. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não é permitida sempre que possa causar danos irreparáveis nos materiais de revestimento exterior dos edifícios e que os suportes utilizados prejudiquem o ambiente, afetem a estética ou a salubridade dos lugares ou causem danos a terceiros, nomeadamente quando se trate de:
 - a) Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante;
 - b) Pintura e colagem ou afixação de cartazes nas fachadas dos edifícios ou em qualquer outro mobiliário urbano;
 - c) Suportes que excedam a frente do estabelecimento.
3. A publicidade sonora deve respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.
4. A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens designadamente:
 - a) Afetar a iluminação pública;
 - b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
 - c) Afetar a circulação de peões, especialmente dos cidadãos como mobilidade reduzida.

Artigo 6.º

Deveres dos titulares

1. Constituem deveres do titular da licença de ocupação do espaço público:
 - a) Não proceder à adulteração dos elementos tal como foram aprovados ou a alterações da demarcação efetuada;
 - b) Conservar os elementos de mobiliário urbano e demais equipamentos de apoio que utiliza, nas melhores condições de apresentação, higiene e arrumação;
 - c) Assegurar a segurança e vigilância do espaço;



Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal

- d) Repor, finda a utilização, a situação existente no local tal como se encontrava à data da ocupação.
- 2.** Constituem deveres do titular do suporte publicitário:
- a) Cumprir as condições gerais e específicas a que a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias estão sujeitas;
 - b) Conservar o suporte, bem como a mensagem, em boas condições de conservação e segurança;
 - c) Eliminar quaisquer danos em bens públicos resultantes da afixação ou inscrição da mensagem publicitária;
 - d) Cumprir as prescrições estipuladas no alvará de licenciamento, nos casos sujeitos a licenciamento.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Capítulo II

Regime aplicável

Secção I

Ocupação do espaço público

Artigo 7.º

Transferência do local

Por imperativos de reordenamento do espaço ou manifesto interesse público devidamente justificado, poderá a câmara municipal, ordenar a transferência do mobiliário urbano do local onde está instalado, cumprindo, para o efeito, todas as disposições vigentes.

Artigo 8.º

Mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo

1. Encontra-se sujeita a mera comunicação prévia, a submeter no Balcão do Empreendedor, desde que respeite os limites fixados no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, e os critérios definidos no Capítulo III, a utilização privativa de espaço do domínio público, com o seguinte mobiliário urbano:
 - a) Toldo e respetiva sanefa;
 - b) Esplanada aberta;
 - c) Estrado e guarda-ventos;
 - d) Vitrina e expositor;
 - e) Suporte publicitário, nos casos em que é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial;
 - f) Arcas e máquinas de gelados;
 - g) Brinquedos mecânicos e equipamentos similares;
 - h) Floreira;
 - i) Contentor para resíduos.
2. As situações referidas no número anterior que não respeitem as características e localização definidas no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, ficam sujeitas a comunicação prévia com prazo, também, a submeter no Balcão do Empreendedor.
3. A cessação da ocupação do espaço público para os fins referidos nos números anteriores está sujeita a comunicação prévia.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Artigo 9.º

Licenciamento de ocupação do espaço público

1. A ocupação do espaço público não abrangida pelo artigo 8.º do presente regulamento, encontra-se sujeita a licenciamento.
2. A emissão de licença é precedida da aprovação do mobiliário a instalar e do pagamento das taxas devidas.
3. A licença de ocupação do espaço público é de natureza precária, salvo quando o contrário resultar do regime de concessão.
4. O licenciamento para ocupação do espaço público não dispensa os diferentes tipos de licenciamento legalmente exigíveis.

Artigo 10.º

Substituição do titular

A licença de ocupação do espaço público é intransmissível, não podendo ser cedida a sua utilização a qualquer título, designadamente através de arrendamento, cedência da exploração e “franchising”.

Artigo 11.º

Cancelamento da licença

1. Sem prejuízo das sanções aplicáveis, a licença de ocupação do espaço público poderá ser cancelada sempre que se verifique uma das seguintes condições:
 - a) O titular não cumpra as normas legais e regulamentares a que está sujeito ou quaisquer obrigações a que se tenha vinculado pelo licenciamento;
 - b) O titular tenha procedido à transmissão ou cedência a qualquer título da licença de ocupação do espaço público;
 - c) O titular tenha procedido à realização de obras no espaço objeto de licenciamento, sem autorização;
 - d) Quando o titular não cumprir a ordem de transferência, prevista no artigo 8.º do presente regulamento, no prazo que for determinado para o fazer.
2. A licença será ainda cancelada quando o interesse público o exigir, desde que prevendo aviso prévio ao titular com a antecedência mínima de 30 dias.
3. O cancelamento da licença não confere direito a qualquer indemnização.

Artigo 12.º

Atividades

1. Sem prejuízo dos limites horários estabelecidos para o exercício da atividade, o titular da licença deve fazer dela uma utilização intensiva.



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

2. O titular da licença deve dar início à atividade no prazo de 15 dias após a emissão da licença ou nos 15 dias seguintes ao termo do prazo que lhe tenha sido indicado para efetuar as obras de instalação ou de conservação.

Artigo 13.º

Caducidade

O direito de ocupação do espaço público, adquirido nos termos dos regimes contemplados no presente regulamento, caduca nas seguintes situações:

- a) Por morte, declaração de insolvência ou outra forma de extinção do titular;
- b) Por perda pelo titular do direito ao exercício da atividade a que se reporta a licença ou autorização;
- c) Se o titular comunicar à câmara municipal que não pretende a sua renovação;
- d) Se a câmara municipal proferir decisão no sentido da não renovação;
- e) Se o titular não proceder ao pagamento das taxas, dentro do prazo fixado para o efeito;
- f) Por termo do prazo solicitado.

Artigo 14.º

Renovação

O direito de ocupação do espaço público, à exceção do requerido por períodos sazonais e por motivos de obras, renova-se anualmente, de forma automática, desde que o interessado pague a respetiva taxa.

Secção II

Licenciamento de publicidade

Artigo 15.º

Âmbito

1. A afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial depende de prévio licenciamento da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, salvo o disposto no número seguinte.
2. Sem prejuízo das regras sobre a utilização do espaço público e do regime jurídico da conservação e biodiversidade, a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial não estão sujeitas a licenciamento, a autorização, a autenticação, a validação, a certificação, a atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, a registo ou a qualquer outro ato permissivo, nem a mera comunicação prévia, nos seguintes casos:
 - a) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não são visíveis ou audíveis a partir do espaço público;



- 10



Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal

- b)** O titular comunicar por escrito à câmara municipal, com a antecedência de 30 dias, intenção em sentido contrário.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Secção III

Instrução do pedido de licenciamento, taxas e decisão final

Artigo 18.º

Instrução do pedido de licenciamento

1. Os pedidos de licenciamento de ocupação do espaço público e de publicidade deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, mediante impresso próprio disponibilizado pelo Município de Arruda dos Vinhos, no Balcão Único ou no seu portal em www.cm-arruda.pt, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data pretendida.
2. O requerimento de licenciamento deverá conter os seguintes elementos, quando aplicáveis:
 - a) N.º de Identificação Fiscal
 - b) Nome / denominação;
 - c) Estado Civil;
 - d) Profissão;
 - e) Domicílio / Sede;
 - f) Freguesia, código postal e concelho;
 - g) Telefone, fax e e-mail;
 - h) O período pretendido para a licença.
3. O pedido de licenciamento deverá, ainda, ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Cópia do alvará de autorização de utilização, quando aplicável;
 - b) Indicação da qualidade em que requer a licença;
 - c) Cópia da última declaração de rendimentos (IRS/IRC, ou declaração de início de atividade, ou certidão da isenção obrigação fiscal emitida pela Repartição de Finanças competente, conforme os casos;
 - d) Planta de localização fornecida pela câmara municipal com identificação do local previsto à escala 1:2000, exceto se aquele for inequivocamente descrito por arruamento e número de polícia;
 - e) Fotografia a cores indicando o local previsto;
 - f) Memória descritiva indicativa dos materiais, cores, configuração e legendas a utilizar;
 - g) Desenhos elucidativos com a indicação da forma, dimensão e materiais;
 - h) Autorização do proprietário, usufrutuário ou titular de outros direitos, sempre que o suporte seja instalado em propriedade alheia ou em regime de propriedade horizontal;
 - i) Documento comprovativo da legitimidade do requerente para a prática do ato.
4. Nos casos de licenciamento de ocupação do espaço público, deve ainda identificar os meios e / ou artigos a utilizar na ocupação.



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

5. Nos casos de licenciamento de publicidade, deve ainda ser indicado:
 - a) O tipo de publicidade;
 - b) A identificação exata do local a utilizar na afixação, inscrição ou difusão da mensagem publicitária;
6. Na falta de apresentação de qualquer dos elementos instrutores referidos nos números anteriores, deve o requerente ser notificado para, no prazo de 10 dias, fazer a sua junção ao processo, sob pena de rejeição liminar do pedido.

Artigo 19.º

Taxas

1. As taxas devidas encontram-se estabelecidas na Tabela de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos e divulgadas no portal do município e, nos casos aplicáveis, no Balcão do Empreendedor, nos casos da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo.
2. O pagamento do valor das taxas é efetuada aquando do levantamento da licença, no prazo de 30 dias após notificação enviada pela câmara municipal, ou no caso de renovação, no prazo fixado para o efeito, sob pena de caducidade do respetivo direito.
3. No caso da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo o pagamento do valor das taxas é efetuada conforme instruções publicadas no Balcão do Empreendedor.

Artigo 20.º

Decisão Final

1. A decisão sobre o pedido de licenciamento deve ser proferida no prazo de 15 dias contados da data em que o processo esteja devidamente instruído com todos os elementos necessários à decisão.
2. Em caso de deferimento, a notificação da decisão deve ser enviada ao requerente no prazo de 8 dias, incluindo a liquidação da taxa a pagar e o prazo para o levantamento do alvará de licença.
3. A decisão que tenha deferido o pedido de licenciamento, caduca se no prazo de 30 dias a contar da notificação referida no número anterior, não for levantado o alvará de licença.

Capítulo III

Critérios a observar na ocupação do espaço público e na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial

Secção I

Condições de instalação de mobiliário urbano

Artigo 21.º



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

Toldos e sanefas

1. A instalação de um toldo e da respetiva sanefa deve respeitar as seguintes condições:
 - a) Em passeio de largura superior a 2 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,80 m em relação ao limite externo do passeio;
 - b) Em passeio de largura inferior a 2 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite externo do passeio;
 - c) Observar uma distância do solo igual ou superior a 2,50 m, mas nunca acima do nível do teto do estabelecimento comercial a que pertença;
 - d) Não exceder um avanço superior a 3 m;
 - e) Não exceder os limites laterais das instalações pertencentes ao respetivo estabelecimento;
 - f) O limite inferior de uma sanefa deve observar uma distância do solo igual ou superior a 2,50 m;
 - g) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas e outros elementos com interesse arquitetónico ou decorativo.
2. O toldo e a respetiva sanefa não podem ser utilizados para pendurar ou afixar qualquer tipo de objetos.
3. O titular do estabelecimento é responsável pelo bom estado de conservação e limpeza do toldo e da respetiva sanefa.

Artigo 22.º

Esplanadas abertas

1. Na instalação de uma esplanada aberta devem respeitar-se as seguintes condições:
 - a) Ser contígua à fachada do respetivo estabelecimento;
 - b) A ocupação transversal não pode exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento;
 - c) Deixar um espaço igual ou superior a 0,90 m em toda a largura do vão de porta, para garantir o acesso livre e direto à entrada do estabelecimento;
 - d) Não alterar a superfície do passeio onde é instalada, sem prejuízo do disposto no artigo 25.º;
 - e) Não ocupar mais de 50% da largura do passeio onde é instalada;
 - f) Garantir um corredor para peões de largura igual ou superior a 2 m contados:
 - i. A partir do limite externo do passeio, em passeio sem caldeiras;
 - ii. A partir do limite interior ou balanço do respetivo elemento mais próximo da fachada do estabelecimento, em passeios com caldeiras ou outros elementos ou tipos de equipamento urbano.
2. Sem prejuízo da observância do n.º 1 do presente artigo poderá admitir-se a instalação de esplanadas abertas noutras situações desde que salvaguardadas as condições de segurança da



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

circulação pedonal, sobretudo a acessibilidade dos cidadãos com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor.

3. Os proprietários, os concessionários ou os exploradores de estabelecimentos são responsáveis pelo estado de limpeza dos passeios e das esplanadas abertas na parte ocupada e na faixa contígua de 3 m.
4. O mobiliário urbano utilizado como componente de uma esplanada aberta deve cumprir os seguintes requisitos:
 - a) Ser instalado exclusivamente na área comunicada de ocupação da esplanada;
 - b) Ser próprio para uso no exterior e de uma cor adequada ao ambiente urbano em que a esplanada está inserida;
 - c) Os guarda-sóis serem instalados exclusivamente durante o período de funcionamento da esplanada e suportados por uma base que garanta a segurança dos utentes;
 - d) Os aquecedores verticais serem próprios para uso no exterior e respeitarem as condições de segurança;
 - e) Deve garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor
5. Nos passeios com paragens de veículos de transportes coletivos de passageiros não é permitida a instalação de esplanada aberta numa zona de 5 m para cada lado da paragem.

Artigo 23.º

Esplanadas fechadas

1. A instalação de esplanadas fechadas deve deixar espaços livres para a circulação de peões não inferiores a 2 m contados, a partir do lancil.
2. Não são permitidas esplanadas fechadas que utilizem mais de 50% da largura do passeio onde é instalada.
3. A proteção da esplanada deverá ser compatível com o contexto cénico do local pretendido e a sua transparência não deve ser inferior a 60% do total da proteção.
4. Os proprietários, os concessionários ou os exploradores de estabelecimentos são responsáveis pelo estado de conservação das esplanadas e limpeza na parte ocupada e na faixa contígua de 3 m.
5. O pavimento da esplanada fechada deverá manter o pavimento existente, devendo prever-se a sua aplicação com sistema de fácil remoção, nomeadamente, módulos amovíveis, devido á necessidade de acesso às infraestruturas existentes no subsolo previamente autorizadas pela câmara municipal.
6. A estrutura principal de suporte deverá ser desmontável.
7. É interdita a afixação de toldos ou sanefas nas esplanadas fechadas.
8. As esplanadas fechadas devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida nos termos da legislação em vigor.



Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal

Artigo 24.º

Quiosques

1. Por deliberação da câmara municipal, podem ser determinados locais para instalação de quiosques, os quais serão concessionados nos termos da lei em vigor sobre a matéria.
2. Os tipos e modelos de quiosques apresentados pelo requerente serão objeto de aprovação pela câmara municipal.
3. A instalação de quiosques não poderá constituir um impedimento á circulação pedonal na zona onde se instale, bem assim a qualquer edifício ou outro tipo de mobiliário urbano já instalado.
4. Só serão permitidas esplanadas de apoio a quiosques de ramo alimentar, quando os mesmos possuam instalações sanitárias próprias ou, se insiram em equipamentos municipais onde as mesmas existam.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Artigo 25.º

Estrados

1. É permitida a instalação de estrados como apoio a uma esplanada, quando o desnível do pavimento ocupado pela esplanada for superior a 5 % de inclinação.
2. Os estrados devem ser amovíveis e construídos, preferencialmente, em módulos de madeira.
3. Os estrados devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor.
4. Os estrados não podem exceder a cota máxima da soleira da porta do estabelecimento respetivo ou 0,25 m de altura face ao pavimento.
5. Sem prejuízo da observância das regras estipuladas no artigo 4.º do presente regulamento, na instalação de estrados são salvaguardadas as condições de segurança pedonal, sobretudo a acessibilidade dos cidadãos com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26.º

Guarda-ventos

1. O guarda-vento deve ser amovível e instalado exclusivamente durante o horário de funcionamento do respetivo estabelecimento.
2. A instalação de um guarda-vento deve ser feita nas seguintes condições:
 - a) Junto de esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada;
 - b) Não ocultar referências de interesse público, nem prejudicar a segurança, salubridade e boa visibilidade local ou as árvores porventura existentes;
 - c) Não exceder 2 m de altura contados a partir do solo;
 - d) Sem exceder 3,50 m de avanço, nunca podendo exceder o avanço da esplanada junto da qual está instalado;
 - e) Garantir no mínimo 0,05 m de distância do seu plano inferior ao pavimento, desde que não tenha ressaltos superiores a 0,02 m;
 - f) Utilizar vidros inquebráveis, lisos e transparentes, que não excedam as seguintes dimensões:
 - i. Altura: 1,35 m;
 - ii. Largura: 1 m;
 - g) A parte opaca do guarda-vento, quando exista, não pode exceder 0,60 m contados a partir do solo.
3. Na instalação de um guarda-vento deve ainda respeitar-se uma distância igual ou superior a:
 - a) 0,80 m entre o guarda-vento e outros estabelecimentos, montras e acessos;
 - b) 2 m entre o guarda-vento e outro mobiliário urbano.



Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Artigo 27.º

Vitrinas

Na instalação de uma vitrina devem respeitar-se as seguintes condições:

- a) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas ou a outros elementos com interesse arquitetónico e decorativo;
- b) A altura da vitrina em relação ao solo deve ser igual ou superior a 1,40 m;
- c) Não exceder 0,15 m de balanço em relação ao plano da fachada do edifício.

Artigo 28.º

Expositores

- 1. Por cada estabelecimento é permitido apenas um expositor, instalado exclusivamente durante o seu horário de funcionamento.
- 2. O expositor apenas pode ser instalado em passeios com largura igual ou superior a 2 m, devendo respeitar as seguintes condições de instalação:
 - a) Ser contíguo ao respetivo estabelecimento;
 - b) Reservar um corredor de circulação de peões igual ou superior a 1,50 m entre o limite exterior do passeio e o prédio;
 - c) Não prejudicar o acesso aos edifícios contíguos;
 - d) Não exceder 1,50 m de altura a partir do solo;
 - e) Reservar uma altura mínima de 0,20 m contados a partir do plano inferior do expositor ao solo ou 0,40 m quando se trate de um expositor de produtos alimentares.

Artigo 29.º

Arcas ou máquinas de gelados e similares

Na instalação de uma arca ou máquina de gelados devem respeitar-se as seguintes condições de instalação:

- a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada;
- b) Não exceder 1 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
- c) Deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,50 m.

Artigo 30.º

Brinquedos mecânicos e equipamentos similares

- 1. Por cada estabelecimento é permitido apenas um brinquedo mecânico e equipamento similar, servindo exclusivamente como apoio ao estabelecimento.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

2. A instalação de um brinquedo mecânico ou de um equipamento similar deve ainda respeitar as seguintes condições:
 - a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada;
 - b) Não exceder 1 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
 - c) Deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,50 m.

Artigo 31.º

Floreiras

1. A floreira deve ser instalada junto à fachada do respetivo estabelecimento.
2. As plantas utilizadas nas floreiras não podem ter espinhos ou bagas venenosas.
3. O titular do estabelecimento a que a floreira pertença deve proceder à sua limpeza, rega e substituição das plantas, sempre que necessário.

Artigo 32.º

Contentores para resíduos

1. O contentor para resíduos deve ser instalado contiguamente ao respetivo estabelecimento, servindo exclusivamente para seu apoio.
2. Sempre que o contentor para resíduos se encontre cheio deve ser imediatamente limpo ou substituído.
3. A instalação de um contentor para resíduos no espaço público não pode causar qualquer perigo para a higiene e limpeza do espaço.
4. O contentor para resíduos deve estar sempre em bom estado de conservação, nomeadamente no que respeita a pintura, higiene e limpeza.

Secção II

Condições de Instalação de suportes publicitários e de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias

Artigo 33.º

Condições de instalação de um suporte publicitário

1. A instalação de um suporte publicitário deve respeitar as seguintes condições:
 - a) Em passeio de largura superior a 1,20 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,80 m em relação ao limite externo do passeio;
 - b) Em passeio de largura inferior a 1,20 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite externo do passeio.



Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal

2. Em passeios com largura igual ou inferior a 1 m não é permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Artigo 34.º

Mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano

1. É permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano.
2. A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial numa esplanada deve limitar-se ao nome comercial do estabelecimento, a mensagem comercial relacionada com bens ou serviços comercializados no estabelecimento ou ao logótipo da marca comercial, desde que afixados ou inscritos nas costas das cadeiras e nas abas pendentes dos guarda-sóis, com as dimensões máximas de 0,20 m x 0,10 m por cada nome ou logótipo.

Artigo 35.º

Difusão de mensagens publicitárias sonoras

1. É permitida a difusão de mensagens publicitárias sonoras de natureza comercial que possam ser ouvidas dentro dos respetivos estabelecimentos ou na via pública, cujo objetivo imediato seja atrair ou reter a atenção do público.
2. A difusão sonora de mensagens publicitárias de natureza comercial apenas pode ocorrer:
 - a) No período compreendido entre as 9 e as 20 horas;
 - b) A uma distância mínima de 300 m de edifícios escolares, durante o seu horário de funcionamento, de hospitais, cemitérios e locais de culto.
3. A difusão de mensagens publicitárias sonoras fora das condições definidas nos números anteriores, ficam sujeita a licenciamento nos termos da legislação do ruído.
4. A difusão de publicidade sonora não está sujeita a licenciamento municipal por ocasião de festas tradicionais, sem prejuízo do respeito pelos limites referidos no número anterior.

Artigo 36.º

Chapas, placas e tabuletas

1. Em cada edifício, as chapas, placas ou tabuletas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.
2. A instalação das chapas deve fazer-se a uma distância do solo igual ou superior ao nível do piso do 1.º andar dos edifícios.
3. A instalação de uma placa deve respeitar as seguintes condições:
 - a) Não se sobrepor a gradeamentos ou zonas vazadas em varandas;
 - b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas.
4. As placas só podem ser instaladas ao nível do rés do chão dos edifícios.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

5. Não é permitida a instalação de mais de uma placa por cada fração autónoma ou fogo, não se considerando para o efeito as placas de proibição de afixação de publicidade.
6. A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições:
 - a) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,60 m;
 - b) Não exceder o balanço de 1,50 m em relação ao plano marginal do edifício, exceto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não excede 0,20 m;
 - c) Deixar uma distância igual ou superior a 3 m entre tabuletas.

Artigo 37.º

Bandeirolas

1. As bandeirolas não podem ser afixadas em áreas de proteção das localidades.
2. As bandeirolas devem permanecer oscilantes, só podendo ser colocadas em posição perpendicular à via mais próxima e afixadas do lado interior do poste.
3. A dimensão máxima das bandeirolas deve ser de 0,60 m de comprimento e 1 m de altura.
4. A distância entre a fachada do edifício mais próximo e a parte mais saliente da bandeirola deve ser igual ou superior a 2 m.
5. A distância entre a parte inferior da bandeirola e o solo deve ser igual ou superior a 3 m.
6. A distância entre bandeirolas afixadas ao longo das vias deve ser igual ou superior a 50 m.

Artigo 38.º

Letras soltas ou símbolos

A aplicação de letras soltas ou símbolos deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não exceder 0,50 m de altura e 0,15 m de saliência;
- b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas, sendo aplicados diretamente sobre o paramento das paredes;
- c) Ter em atenção a forma e a escala, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios.

Artigo 39.º

Anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes

1. Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes devem ser colocados sobre as saliências das fachadas e respeitar as seguintes condições:
 - a) O balanço total não pode exceder 2 m;
 - b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,60 m nem superior a 4 m;



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

- c) Caso o balanço não exceda 0,15 m, a distância entre a parte inferior do anúncio e o solo não pode ser menor do que 2 m nem superior a 4 m.
- 2. As estruturas dos anúncios luminosos, iluminados, sistemas eletrónicos ou semelhantes instalados nas fachadas de edifícios e em espaço público devem ficar, tanto quanto possível, encobertas e ser pintadas com a cor que lhes dê o menor destaque.
- 3. Sempre que a instalação tiver lugar a mais de 4 m acima do solo deve ser obrigatoriamente junto ao requerimento inicial um termo de responsabilidade assinado por técnico competente.
- 4. Sempre que a instalação tenha lugar na cobertura de edifício, deve ser junto ao requerimento um estudo de estabilidade do anúncio.

Artigo 40.º

Painéis e similares

- 1. A distância entre a moldura dos painéis e o solo não poderá ser inferior a 2,20 m.
- 2. Os painéis devem ser nivelados, exceto quando o tapume, ou vedação se localize em arruamento inclinado ou desnivelado, caso em que se admite a sua disposição em socalcos, acompanhando de forma harmoniosa a inclinação do terreno.
- 3. Os painéis devem ter as seguintes dimensões:
 - a) 4 m de largura por 3 m de altura;
 - b) 8 m de largura por 3 m de altura.
- 4. Excecionalmente, podem ser licenciados painéis com outras dimensões, desde que não sejam postos em causa o ambiente e a estética dos locais pretendidos.
- 5. Os painéis podem ter as saliências parciais, desde que estas não ultrapassem, na sua totalidade:
 - a) 1 m para o exterior na área central e 1 m² de superfície;
 - b) 0,50 m de balanço em relação ao seu plano.
- 6. A estrutura de suporte deve ser metálica e na cor mais adequada ao ambiente e estética locais.
- 7. A estrutura não pode, em caso algum, manter-se no local sem a mensagem publicitária.
- 8. Na estrutura deve ser afixado o número de ordem atribuído ao suporte e a identidade do titular, não podendo tal afixação exceder as dimensões de 0,40 m X 0,20 m.

Artigo 41.º

Critérios adicionais de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias

A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias na proximidade da rede de estradas nacionais e regionais abrangidas pelo n.º 2 do artigo 15.º do presente regulamento, deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) A mensagem ou os seus suportes não poderão ocupar a zona da estrada que constitui domínio público rodoviário do Estado;



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

- b)** A ocupação temporária da zona da estrada para instalação ou manutenção das mensagens ou dos seus suportes está sujeita ao prévio licenciamento da Estradas de Portugal, S.A.;
- c)** A mensagem ou os seus suportes não deverão interferir com as normais condições de visibilidade da estrada e/ou com os equipamentos de sinalização e segurança;
- d)** A mensagem ou os seus suportes não deverão constituir obstáculos rígidos em locais que se encontrem na redirecção expectável de despiste de veículos;
- e)** A luminosidade das mensagens publicitárias não deverá ultrapassar as 4 candelas por m²;
- f)** Não deverão ser inscritas ou afixadas quaisquer mensagens nos equipamentos de sinalização e segurança da estrada;
- g)** A afixação ou inscrição das mensagens publicitárias não poderá obstruir os órgãos de drenagem ou condicionar de qualquer forma o livre escoamento das águas pluviais;

Artigo 42.º

Proibições

1. É proibido, em qualquer caso, a realização de inscrições ou pinturas murais em monumentos nacionais, edifícios religiosos, sedes de órgãos de soberania e de autarquias locais, tal como em sinais de trânsito, placas de sinalização rodoviária, interior de quaisquer repartições ou edifícios públicos e centros históricos como tal declarados ao abrigo da competente regulamentação urbanística.
2. É proibida a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias em qualquer bem sem o consentimento dos proprietários, possuidores ou detentores dos mesmos.
3. São igualmente proibidas a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias em postes ou candeeiros de iluminação públicas e em contentores de resíduos sólidos urbanos.

Capítulo IV

Fiscalização, remoção e regime sancionatório

Artigo 43.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento é da competência da câmara municipal.

Artigo 44.º

Remoção

1. A câmara municipal reserva-se o direito de ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público, a publicidade e os respetivos suportes ou materiais, por razões de interesse público devidamente fundamentado, por caducidade ou revogação da licença, ou quando se encontre instalada sem prévio licenciamento ou em violação das normas aplicáveis.



Município de Arruda dos Vinhos Câmara Municipal

2. Para efeitos do número anterior deve a câmara municipal notificar o infrator, fixando-lhe um prazo de 10 dias para proceder à remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público, da publicidade e dos respetivos suportes ou materiais, devendo este proceder à limpeza do local, de modo a repor as condições existentes à data da emissão da licença.
3. O não cumprimento da ordem de remoção dentro do prazo, faz incorrer o infrator em responsabilidade contraordenacional e eventualmente, responsabilidade penal.
4. O não cumprimento da ordem de remoção pelo titular da licença ou pelo infrator confere ainda à câmara municipal a faculdade de proceder, ela própria ou com recurso a meios por si contratados, à remoção, ou por qualquer outra forma à inutilização do mobiliário urbano que ocupar o espaço público, da publicidade e dos respetivos suportes ou materiais, e embargar ou demolir obras que contrariem as disposições legais e regulamentares.
5. Sempre que a câmara municipal proceda à remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público, da publicidade e dos respetivos suportes ou materiais, nos termos do presente artigo, o titular da licença ou o infrator é responsável pelo pagamento de todas as despesas decorrentes da remoção, transporte e depósito.
6. A restituição do mobiliário urbano que ocupar o espaço público e do seu conteúdo, da publicidade e dos respetivos suportes ou materiais é feita mediante o pagamento das despesas havidas com a remoção, transporte e armazenamento.
7. A perda ou deterioração do mobiliário ou do seu conteúdo aquando da intervenção prevista no n.º 4, não confere qualquer direito de indemnização.
8. O Município pode proceder à imediata remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público, da publicidade e dos respetivos suportes ou materiais, não autorizado, designadamente quando esteja em causa a segurança de pessoas e bens e a circulação de veículos.
9. Em caso dos proprietários não procederem ao levantamento dos materiais, no prazo de 30 dias, após notificação prevista no n.º 2, consideram-se os mesmos perdidos a favor da autarquia.

Artigo 45.º

Contraordenações

1. No que respeita à ocupação do espaço público e sem prejuízo da punição pela prática de crime de falsas declarações e do disposto noutras disposições legais, constituem contraordenação, as infrações previstas no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.
2. Constitui ainda contraordenação, punível com coima de € 100 a €1000, no caso de pessoas singulares e, de € 200 a € 2000, no caso de pessoas coletivas, a ocupação do espaço público sem o prévio licenciamento ou em desconformidade com as condições aprovadas, assim como a violação de qualquer disposição do presente regulamento.
3. No que respeita à publicidade e em função da gravidade da infração e da culpa do agente, são aplicáveis as sanções acessórias previstas na Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.
4. A negligência é sempre punível nos termos gerais.
5. É da competência do Presidente da Câmara a instrução dos processos de contraordenação e aplicação das coimas.



**Município de Arruda dos Vinhos
Câmara Municipal**

Capítulo V

Disposições finais e transitórias

Artigo 46.º

Regime transitório

As situações licenciadas à data da entrada em vigor do presente regulamento dispõem, até ao final do ano civil em curso, para se adaptarem às novas regras definidas neste regulamento.

Artigo 47.º

Direito subsidiário e interpretação

1. Em tudo quanto não estiver especificamente previsto no presente regulamento, aplicar-se-á a legislação em vigor.
2. As omissões suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão integradas por deliberação da câmara municipal.

Artigo 48.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento fica revogado o anterior regulamento municipal da publicidade e outras normas regulamentares que contrariem as previstas neste regulamento.

Artigo 49.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no 6.º dia após a sua publicitação nos termos da lei, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do seu artigo 15.º e dos prazos previstos no decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril, relativos a esta matéria.